

# Sou de Direitos



O projeto faz parte do programa de Proteção Jurídico-Social do Cedeca Glória de Ivone e busca fortalecer os direitos dos adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, em Palmas, com a oferta de formações e monitoramento de políticas públicas, por exemplo. Assim que as inscrições para as formações foram lançadas, a pandemia e o isolamento foram instaurados no mundo, e impactou o desenvolvimento das atividades que foram adequadas e planejadas novamente. Para saber sobre o projeto nesse contexto, conversamos com a consultora do Cedeca Luz Arinda.

- Um dos pilares do projeto é o contato presencial com adolescentes e suas famílias. [...] Estávamos com encontros marcados e isso foi suspenso. Isso impactou profundamente nosso vínculo e os eixos de atuação.

## Readequações

As ações foram readequadas da seguinte forma: as formações com adolescentes e famílias foram prorrogadas para até o mês de março de 2021; para realizar o acompanhamento jurídico social foram articuladas reuniões com o Sistema de Justiça com o objetivo de firmar parcerias; e as oficinas de grafite foram substituídas por oficinas online de desenho.

O monitoramento das políticas públicas seguiu normalmente e uma cartilha será publicada.

- Estamos realizando reuniões mensais com o Creas para estudos de caso e para aprofundar nosso contato colaborando no pensamento de alternativas para casos de difícil resolução.

## Pandemia e aprendizagem

- Assim como impactou toda população mundial, sobretudo no trabalho e acesso à saúde, adolescentes também ficam impactados. [...] Em nossas reuniões, ficou forte como o mundo do trabalho fica comprometido, há poucas vagas para adolescentes e isso impacta para que tenham uma nova forma de se relacionar, exercer uma nova área de trabalho e atuação.

## Como as pessoas podem contribuir?

Divulgando, valorizando e reconhecendo a importância das medidas socioeducativas em meio aberto, considera Luz. Em especial pelas pessoas que estão no Sistema de Justiça para que essas medidas sejam priorizadas às medidas de privação de liberdade. Assim, há possibilidade de pensar um projeto de vida diferente, sem o contato com a privação da liberdade em que há casos de tortura e maus-tratos, destaca a consultora.





#tbt No primeiro semestre de 2020, antes da pandemia, nos reunimos com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - Creas, em Palmas, para apresentar o projeto. De lá para cá também estivemos com famílias e adolescentes que estavam cumprindo medida em meio aberto. Tivemos outros diálogos com o Creas e conhecemos o fluxo de atendimento aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.



#tbt As inscrições para as formações com adolescentes foram lançadas no mês de fevereiro de 2020, na Associação Ação Social Jesus de Nazaré, na aula inaugural dos cursos da organização. Em outra ocasião também foi realizada uma mobilização com famílias e adolescentes no Creas, ponto de inscrição. Com a instauração da pandemia de Covid-19, no mês de março, o início das formações foi adiado.



A semi-liberdade é uma das medidas socioeducativas determinadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA que pode ser aplicada após comprovada prática de ato infracional por adolescente. As outras medidas são: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida e internação em estabelecimento educacional. A execução dessas medidas é regulada pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - Sinase, no qual estão dispostas as responsabilidades da União, dos estados e dos municípios.

No Tocantins existe o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo 2016 – 2025, documento construído com o objetivo de nortear a gestão da Política de Atendimento Socioeducativo no Estado. Um diagnóstico precedeu a elaboração do plano, submetido a consulta pública. Foram propostos 22 objetivos e 124 metas para serem executadas em 10 anos.

